

O papel das mídias sociais na construção do pensamento político moderno¹

Tiago da Silva BRUNO²

Sandra Sueli Garcia de SOUSA³

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Após a grande mobilização popular ocorrida em 2013, nos eventos que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, a capacidade da internet como ferramenta de organização das massas no Brasil foi evidenciada. A partir disso, este estudo visa explicar fatos ocorridos durante tais eventos, assim como suas consequências imediatas no cenário político da época, tratando-o como exemplo do quanto as mídias sociais influenciaram e ainda podem influenciar em assuntos políticos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: jornadas de junho; jornalismo; mídias sociais; pensamento político; política.

Ânsia pelo imediato

O jornalismo, assim como ainda é facilmente observável nos dias de hoje, acompanha mudanças em decorrências de avanços tecnológicos. Com o exponente aumento na velocidade da informação e o imediatismo pela notícia, decorrente desse primeiro, a necessidade de trazer a tona acontecimentos diários, instantes após terem ocorrido, é decisiva para que um veículo se mantenha em circulação.

Desde o invento da prensa móvel no século XV, por Gutenberg, considerado por muitos a invenção de maior importância do segundo milênio depois de Cristo, a velocidade e a produção em larga escala foram ganhos consideráveis para a época.

Já no século XX, através de novas edições no mesmo dia e de um mesmo jornal ou através das interrupções nas programações televisivas, com os chamados boletins,

¹Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018

²Estudante de graduação do 5º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista de Iniciação Científica, UFRRJ-CNPq.

³Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

atingiu-se o cúmulo do imediatismo: “a transmissão direta do acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.53 apud SILVA, 2012, p.3).

Em função destes avanços, a internet tem se mostrado cada vez mais uma aliada para suprir esta demanda inerente ao ofício. Segundo um estudo de alcance nacional realizado pela Secretaria de Comunicação Social do Governo, “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira”, 49% dos brasileiros afirmam que a internet é um dos principais meios utilizados para buscar informações no dia a dia, ficando atrás apenas da TV.

P01) Em que meio de comunicação o(a) sr(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? (**ESTIMULADA - ATÉ DUAS MENÇÕES**)

Base: Amostra (15050)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENÇÕES
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

Foto: Reprodução

No entanto, deve-se considerar a quanto tempo cada meio de comunicação está, de fato, em contato com o povo brasileiro. A televisão, trazida por Assis Chateaubriand através da TV Tupi, foi inaugurada em 1950. Enquanto isso, a internet chegou ao país em 1988, estando ao alcance da população, de forma geral, somente em 1994.

Web 2.0 e Redes sociais

Após sua criação, a rede mundial de computadores ganhou o mundo ao passo de avanços tecnológicos. Em determinado momento, mais especificamente em 2004, o estudioso Tim O'Reilly cunhou o termo Web 2.0 para designar o que seria o segundo estágio da evolução da internet.

De acordo com Primo, define-se com o novo termo o momento em que técnicas e tecnologias de informática permitiram “potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (PRIMO, 2007, p.1 apud MALERBA, 2009, p.137). Ou seja, trata-se da possibilidade de, inclusive, serem criadas cadeias de referências hipertextuais que conectam determinado assunto ou conteúdo a outras páginas similares, os chamados *hiperlinks*.

A partir desta nova capacidade, subentende-se que a riqueza de um conteúdo produzido é diretamente proporcional, em determinado grau, a quantidade de referências que ela possui, configurando uma maior riqueza de detalhes e informações que podem ser acessadas dependendo apenas do interesse do usuário da rede.

Vitrines cibernéticas

As mídias sociais, ou redes sociais, como são comumente chamadas, acabaram por se tornar a “vitrine” da internet. Nesses sites, pessoas buscam informações, conhecem outros indivíduos e tem acesso a todo tipo de conteúdo. O Brasil, segundo um estudo realizado pela empresa eMarketer em 2016, foi o país da América Latina com maior uso de redes sociais.

Devido à grande adesão de pessoas que utilizam o serviço diariamente, empresas, instituições e partidos políticos enxergaram nesse meio uma forma de divulgação barata e de grande alcance. Naturalmente, seguidores destas personalidades e instituições também aderiram a estes sites para acompanhar e defender seus ideais, tornando possível o nascimento do ciberativismo, ou seja, uma expressão do uso politizado da tecnologia, que revela potencialidades de envolvimento político mais participativos e horizontalizados, em comparação ao modelo partidário de participação e representação política. (DA SILVA, 2014, p.204).

Desta forma, o uso das redes sociais foi pouco a pouco sendo compreendido e, conseqüentemente, utilizado para que grupos simpáticos uns aos outros se unissem de forma a reivindicar direitos e até alterar direções políticas de um país. Sendo assim, a sequência de protestos organizados via *Facebook* por povos do Oriente Médio e do Norte da África em 2010, que ficou conhecida como Primavera Árabe, e também as

manifestações políticas ocorridas no Brasil em junho de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho” são bons exemplos das utilidades desta ferramenta.

“Jornadas de Junho” e seus pilares na internet

No Brasil, exemplos do uso de meios digitais, para organização política de um povo, foram os eventos ocorridos em junho de 2013, que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. Nessa época, o aumento da tarifa de ônibus e a má qualidade dos transportes públicos, além da PEC-37 (Proposta de Emenda Constitucional), que propunha dar exclusividade das investigações criminais à polícia judiciária, foram alguns dos principais motivos para que a insatisfação coletiva irrompesse na maior manifestação desde o movimento “Caras-pintadas”. Este último, ocorrido em 1992, possuiu como objetivo o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, autor de medidas econômicas impopulares e denunciado por corrupção.

Após o início das jornadas, é possível classificá-las em dois momentos distintos. O primeiro, ocorrido entre os dias 6 e 16 de junho, surgiu de forma espontânea na internet e possuía bandeiras claras e objetivas. O segundo ocorreu a partir do dia 17, quando as ações ganharam força em vários pontos do país e houve adesões às bandeiras levantadas pelo movimento. (DA SILVA, 2014. pág 205)

Movimentos sociais apartidários, como o Movimento Passe Livre, em São Paulo, e o Fórum de Lutas Contra o Aumento de Passagem, no Rio de Janeiro, foram alguns dos grupos que encabeçaram e organizaram, via redes sociais, os eventos descritos nessa época em seu primeiro momento.

Cobertura da grande mídia e black blocs

Os Black Blocks ficaram muito conhecidos no Brasil durante as jornadas. A mídia, de forma geral, abordou o tema de forma crítica, associando a imagem dos grupos ao vandalismo e à desordem.

Com frequência, a generalização dos manifestantes e a associação de ações de grupos distintos como atos praticados por manifestantes em geral fez com que coletivos surgidos na época, como o Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação),

que consistia em um grupo que, até então, transmitia para a internet informações, imagens e vídeos em tempo real das manifestações, criticassem a cobertura jornalística dos grandes veículos por acreditarem em seu objetivo de deslegitimar as manifestações que ocorriam.

No entanto, ao analisar a fundo e buscar saber mais sobre quem são e quais seus ideais, percebe-se que a ideologia Black Block anda na contramão da desordem e da desorganização.

Quem são os Black Blocks?

Extremamente organizados e conscientes de seus atos, se autodenominam um grupamento livremente organizado, em que apoiam uns aos outros durante manifestações, mantendo-se sempre em movimento e evitando confrontos com a polícia (Coletivo ACME, 2002)

Sua fama começou a rodar o mundo após eventos como o encontro da OMC (Organização Mundial do Comércio) ou N-30, em 30 de novembro de 1999, em Seattle (EUA), onde dezenas de milhares de manifestantes, entre 50 mil e 100 mil, formaram uma das maiores manifestações desde os anos de 1960 nos EUA. O ocorrido, que mais tarde ficou conhecida como “Batalha de Seattle”, chegou a ser motivo de adiamento para o encontro entre países. A forte repressão policial e os confrontos violentos, que eram filmados e documentados pela imprensa, contribuíram para colocar em questionamento a forma como o assunto e as manifestações foram tratados.

Ainda de acordo com o Coletivo ACME, ao contrário do que muitos pensam, os membros do movimento Black Block pesquisam e estudam os temas que defendem, como economia global, processos de trabalho e direitos humanos.

Mídia Ninja

Grandes siglas políticas na época, como PT (Partido dos Trabalhadores), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e também o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que ganhou mais destaque nos anos seguintes apesar de possuir menos representatividade por políticos eleitos, posicionaram-se publicamente durante todo o processo de desenvolvimento das jornadas.

Seguindo o momento de divisão ideológica pelo qual o país passava no momento, entre pessoas que concordavam e discordavam das manifestações e seus objetivos, assim como o clássico embate direita x esquerda, as redes sociais foram utilizadas pelos partidos políticos para expressar apoio ou repúdio, assim como para tecer críticas entre si.

Utilizando dados observados por Silva (2014), em análise ao teor das postagens realizadas pelos três partidos citados anteriormente entre os dias 01/06/2013 e 30/06/2013, período que engloba os eventos das Jornadas de Junho, os supostos objetivos por trás dos diferentes direcionamentos demonstram e reconhecem a capacidade das redes sociais enquanto ferramenta de possível uso político.

Enquanto o PSDB, por exemplo, dedica aproximadamente 42% de suas postagens a realizar críticas ao PT, partido da então presidente, Dilma Roussef, o PSOL dedicava aproximadamente 50% de suas publicações para abordar as manifestações que aconteciam nas ruas. Em meio aos atos de revolta que se instauravam, o Partido dos Trabalhadores utilizava cerca de 40% de suas postagens para tratar sobre as manifestações, 30% para chamar atenção para iniciativas e propostas do Governo Federal, medida coerente se analisarmos que era a sigla da presidente eleita à época, e cerca de 22% para abordar assuntos relacionados à militância e suas lideranças. Nesse momento, via-se que, enquanto os partidos políticos dividiam-se, os manifestantes tornavam-se mais homogêneos.

Em meio à batalha de gigantes, grupos e coletivos, através de páginas no *Facebook*, grupos e coletivos formados por interessados que compartilhavam de mesmos interesses políticos começaram a navegar nos mesmos mares e a se destacarem. Assim foi com o Mídia Ninja e o um dos principais expoentes surgidos naquela época, e que até hoje permanece ativo.

Popularização dos Ninjas

Durante o mês de eclosão das manifestações, muito se falava sobre os perigos da manipulação midiática, que ora demonstrava-se a favor, ora contra, oscilando de acordo com a maré dos interesses corporativismo. Foi nesse terreno - pouco confiável - que a

mídia independente ganhou força, pautando-se na não edição e mostrando a realidade dos interesses de quem ocupava as ruas e construções públicas naquele momento.

Organizando-se de forma elaborada e organizada, o coletivo Mídia Ninja munia-se de equipamentos como celulares, conectados a uma internet móvel, para realizar transmissões em tempo real sobre o que ocorria durante os atos nas ruas.

Com essas ferramentas limitadas, embora fossem, ainda assim, muito mais do que outros coletivos de mesma intenção possuíam, outras versões de uma mesma história puderam ser contadas.

Totalizando 1.759.329 de seguidores em sua página, na data de 09/04/2018, se autointitula como uma rede de comunicadores independentes que produzem e distribuem informação de forma colaborativa, tendo ganho notoriedade após realizarem coberturas ao vivo durante os eventos ocorridos durante as Jornadas.

Recentemente, anunciou diversos nomes de importância política como colunistas colaboradores da página, como: o Deputado Federal Jean Wyllys, eleito o melhor deputado de 2015 pelo “Prêmio Congresso em Foco”, o líder do MTST e também candidato à presidência da república em 2018 pelo PSOL, Guilherme Boulos, assim como a candidata a vice-presidência, Sônia Guajajara, pela mesma chapa, entre outras personalidades que constantemente representam minorias políticas e sociais.

Repressão policial e a importância da cobertura livre

É válido lembrar que os protestos possuíam vários direcionamentos. O aumento da passagem dos ônibus foi o estopim. No entanto, a PEC-37, eventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas (no caso do Rio de Janeiro), assim como a corrupção de forma geral, eram temas levantados por grupos que integravam as Jornadas, sendo eles maioria ou não.

A partir disso, se torna mais fácil entender a relação entre todas essas diferentes motivações: o Estado. A insatisfação com a administração e os administradores, de forma ampla, levou à revolta, que mais tarde se tornou um movimento de proporção nacional e que uniu pessoas com pensamentos e ideais políticos distintos, assim como eram parte de suas reivindicações.

“Direito penal do inimigo”

Em resposta, as forças de segurança foram utilizadas e a repressão policial passou a ser mais recorrente nos eventos, assim como o temor dos participantes. “Pancadarias”, atos de “vandalismo” e até “terrorismo, como chegou a ser empregado, estamparam capas de jornais e figuraram em manchetes da maior parte dos veículos de comunicação.

“Sem controle: Em noite de depredações, conflitos e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados”, dizia a capa do jornal “O Globo” no dia 21 de junho de 2013, após uma minoria de manifestantes destruir patrimônio público. Com essa manchete, englobava-se toda uma série de reivindicações sob as ações de apenas alguns. Na internet, reproduzia-se incessantemente as cenas de “quebra-quebra”.

Contudo, a repercussão dos confrontos entre a população que expunha suas reclamações nas ruas e as forças policiais deu margem para que só se agravassem. Agressões e prisões eram cada vez mais comuns pelo simples fato da pessoa integrar o protesto, mesmo sabendo que esse é um direito garantido constitucionalmente pela junção de três outros direitos presentes no artigo 5º da Constituição Federal, são eles: Liberdade de Expressão, Liberdade de Reunião e Liberdade de Associação.

Neste caso, a tese do Direito Penal do Inimigo, elaborada por Günther Jakobs em 1985, é passível de aplicação. Nela, ele afirma que existem dois tipos de Direito Penal diferentes: o direito penal do cidadão e o direito penal do inimigo. No segundo, ocorre uma antecipação da punição, como no recurso das prisões cautelares, um recrudescimento das penas e a supressão de garantias processuais bem como de seus direitos civis, além da configuração de novas leis voltadas a combater os inimigos, sejam eles terroristas, o crime organizado, traficantes e etc. (JAKOBS, 1985 apud MATSUMOTO, 2015, p.24).

Gritos que ecoaram em Brasília

Após toda a repercussão nacional e internacional gerada pela surpreendente onda de protestos, concessões por parte dos governos passaram a ser discutidas. Contrariando expectativas pessimistas de que toda a movimentação não passaria de “fogo de palha”,

os atos e manifestações ocorreram por praticamente todo o mês, em menor ou maior escala. As vozes que gritavam por mudanças ecoaram por todo o país.

A necessidade de uma Reforma Política e o grave problema nacional com a corrupção foram evidenciados para todo o mundo, naquele ano. Os poderes elaboraram medidas que satisfizessem o clamor popular.

O Congresso Nacional, por sua vez, elaborou um conjunto de propostas a serem votadas, chamadas de “Agenda Positiva”. Este conjunto de medidas, que envolviam maior investimento em saúde e educação, assim como tratava da polêmica PEC-37, uma das principais bandeiras das Jornadas, foi votado de forma incomum durante junho e o mês que se seguiu. De acordo com um levantamento realizado pelo portal de notícias “G1”, das 32 propostas, 16 foram votadas dos dias 25 de junho a 19 de julho, ou seja, menos de um mês. Nesse período, conquistas importantes foram alcançadas, entre elas: o arquivamento da proposta de emenda constitucional, o arquivamento da “cura gay”, a aprovação do passe livre para estudantes, a classificação de crime hediondo para a corrupção e a aprovação da exigência de ficha limpa para servidores públicos.

No entanto, em agosto, quando a presença nas ruas já havia diminuído, junto da pressão popular após a votação de 50% das medidas, apenas duas das 16 propostas restantes foram votadas. Com isso, observa-se que, o estado de inércia política no Brasil precisa, ainda, ser constantemente combatido. Os acontecimentos de junho foram um marco na história do país, porém precisam ser inspiração para outros momentos de união popular para que frutos contínuos possam ser gerados.

Referências bibliográficas

PROSS, Harry; Sociedade do Protesto - Volume I. São Paulo: Annablume, 1997

MATSUMOTO, Adriana Eiko SILVA, Crise estrutural do capital e a gestão penal e militarização da miséria In: SILVA, Givanildo Manoel da (Org.). Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia: Pueblo, 2015, p.22-24.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.

SILVA, Roberto Bittencourt da. Mídia Sociais e políticas: os partidos no Facebook
ALCEU - n.28 - jan./jun. 2014.

SILVA, Rodrigo Carvalho da. História do Jornalismo: evolução e transformação
Revista Temática - Ano VIII, n. 07 – Julho/2012.

ACME, Coletivo. Comunicado do N30 BLack Block pelo Coletivo ACME. In: LUDD,
Ned (Org.). Urgência das Ruas : Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação
Global. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MALERBA, João Paulo. Web 2.0: possibilidade de dialogismo radical In:_____.
Rádios comunitárias 2.0: possibilidades e limites de uma rede de redes./ Rio de Janeiro,
2009. Cap 4.2.1, p.137-142.

SANTOS, Raissa Nascimento Dos; NETO, José Cavalcanti Sobrinho; PAIVA, Cláudio
Cardoso. Manifestações Sociais em Rede: Jornadas de Junho 2013. São Paulo: VIII
Simpósio Nacional da ABCiber - Comunicação e Cultura na Era de Tecnologias
Midiáticas Onipresentes e Oniscientes, 2014

Social Media. Social Network Growth Slows in Latin America, 2016. Disponível em:
[https://www.emarketer.com/Article/Social-Network-Growth-Slows-Latin-
America/1014103](https://www.emarketer.com/Article/Social-Network-Growth-Slows-Latin-America/1014103) Acesso em 8 de abril 2018

SANTANA, André. Há 67 anos, a TV brasileira nascia com a estreia da TV Tupi, 2017.
Disponível em: [https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/09/ha-67-
anos-a-tv-brasileira-nascia-com-a-estreia-da-tv-tupi](https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/09/ha-67-anos-a-tv-brasileira-nascia-com-a-estreia-da-tv-tupi) Acesso em 23 de janeiro de 2018

AVANZI, Dane. 20 anos de internet no Brasil: da rede discada à internet das coisas,
2015. Disponível em:
[http://www.abranet.org.br/Artigos/20-anos-de-internet-no-Brasil:-da-rede-discada-a-
internet-das-coisas-](http://www.abranet.org.br/Artigos/20-anos-de-internet-no-Brasil:-da-rede-discada-a-internet-das-coisas-)

666.html?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile#.WmeyxainFPY

Acesso em 23 de janeiro de 2018

VILELA, Pedro Rafael. 4 anos das Jornadas de Junho: como a militância política se transformou?, 2017 - Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/26/4-anos-das-jornadas-de-junho-como-a-militancia-politica-se-transformou/> Acesso em 21 de abril de 2018

Artigo 19. Direito de protesto no Brasil. 2013. Disponível em:
http://protestos.artigo19.org/direito_brasil.php - Acesso em 17 de abril de 2018

G1. Como ficou a “agenda positiva”, 2013. Disponível em:
<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/como-ficou-agenda-positiva.html> - Acesso em 21 de abril de 2018